



Ministro do Supremo afirma que Bolsonaro admitiu, em reunião com magistrados, a derrota para Lula nas eleições. Por meio de nota, Corte destaca a importância de o presidente reconhecer a vitória do oponente e criticar bloqueios de vias

“Ele disse: acabou”, conta Fachin

» LUANA PATRIOLINO

ESTADÃO CONTEÚDO

Após o discurso em que reconheceu, embora implicitamente, a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) nas eleições, o presidente Jair Bolsonaro (PL) se reuniu por cerca de uma hora com ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), a portas fechadas, no prédio da Corte. O ministro da Economia, Paulo Guedes, participou do encontro.

Na saída da reunião, o ministro Edson Fachin disse que Bolsonaro reconheceu o resultado das eleições. “O presidente da República utilizou o verbo acabar no passado. Ele disse: ‘Acabou’. Portanto, olhar para a frente”, relatou o magistrado a jornalistas.

Também estiveram presentes no encontro a presidente do STF, Rosa Weber, e os ministros Gilmar Mendes, Luís Roberto Barroso, Alexandre de Moraes, Luiz Fux, Kassio Nunes Marques e André Mendonça.

Depois de dois dias de silêncio, Bolsonaro se pronunciou, ontem, pela primeira vez, sobre as eleições. Em um discurso de dois minutos e meio no Palácio da Alvorada, ele agradeceu aos eleitores, criticou os bloqueios nas estradas e não citou a vitória de Lula. O chefe do Executivo chegou a chamar os ministros do Supremo para presenciar o pronunciamento, mas nenhum integrante da Corte compareceu.

Após a fala do presidente, o STF divulgou uma nota ressaltando que a declaração pública de Bolsonaro foi necessária para reconhecer o resultado do pleito e iniciar o rito de transição. “O Supremo Tribunal Federal consigna a importância do pronunciamento do Presidente da República em garantir o direito de ir e vir em relação aos bloqueios e, ao determinar o início da transição, reconhecer o resultado final das eleições”, diz o comunicado.

A Corte voltou a emitir nota depois da reunião com Bolsonaro. Reiterou o posicionamento e disse que o encontro teve ambiente “cordial e respeitoso”.



Bolsonaro no STF: Corte disse que visita ocorreu “em ambiente cordial e respeitoso, em que foi destacada por todos a importância da paz”

“Consignou a importância do reconhecimento pelo presidente da República do resultado final das eleições, com a determinação do início do processo de transição, bem como enfatizou a garantia do direito de ir e vir, em razão dos bloqueios nas rodovias brasileiras”, apontou. “Tratou-se de uma visita institucional, em ambiente cordial e respeitoso, em que foi destacada por todos a importância da paz e da harmonia para o bem do Brasil”, acrescentou o comunicado.

Apesar de o STF ressaltar o clima amistoso, a Corte vive momentos de tensão nos últimos dias. Tem lidado com os desdobramentos das manifestações dos caminhoneiros bolsonaristas que não aceitam o

resultado das urnas. Desde o último domingo, apoiadores do presidente bloqueiam as rodovias do país, atrapalhando não apenas o fluxo de motoristas, mas também a entrega de bens de consumo básicos.

Decisões

Na noite da última segunda-feira, o ministro Alexandre de Moraes, do STF, determinou que a Polícia Rodoviária Federal (PRF) e as Polícias Militares estaduais desobstruíssem imediatamente todas as vias públicas. Ele citou “omissão” do diretor-geral da PRF, Silvinei Vasques.

A decisão foi referendada pelo plenário virtual da Corte. Até o fechamento desta edição, 10

magistrados tinham acompanhado o entendimento de Moraes. Faltava, apenas, o voto do ministro Nunes Marques.

Na manhã de ontem, Moraes determinou que os agentes da Polícia Militar fossem autorizados a atuar na liberação de rodovias estaduais e federais. “Os fatos trazidos ao conhecimento da Corte afetam não apenas a regularidade do trânsito nas rodovias, mas, principalmente, a segurança pública em todo o território nacional, inclusive por meio de condutas tipificadas na Lei 14.197/2021 como crimes contra as instituições democráticas”, escreveu.

Leia mais sobre medidas para liberar rodovias na página 6



O presidente da República utilizou o verbo acabar no passado. Ele disse: ‘Acabou’. Portanto, olhar para a frente”

Edson Fachin,
ministro do STF

Procuradores cobram Aras

Um grupo de procuradores do Ministério Público Federal (MPF) pediu ao procurador-geral da República, Augusto Aras, a abertura de investigação sobre suposta omissão do presidente Jair Bolsonaro (PL) em relação aos bloqueios de rodovias pelo país. As manifestações são conduzidas por caminhoneiros apoiadores do chefe do Executivo.

O ofício é assinado por quase 200 procuradores. Eles citaram suspeita de “instigação”. “É inadmissível que qualquer autoridade, diante de uma escalada que quer suplantará a legitimidade do voto popular pela força e pela desordem, assista impassivelmente a esse cenário, sem qualquer consequência”, escreveram. “A omissão do excelentíssimo senhor presidente, nesse contexto, pode ter relevância penal, nos termos do parágrafo segundo do artigo 13 do Código Penal, além de poder configurar outros crimes correlatos.”

No documento, os procuradores ressaltaram que a função do Ministério Público é “a defesa do regime democrático”. “Nada mais é tão atentatório (...) que movimentos de insurreição que querem solapar o voto popular, com a eventual conivência ou mesmo instigação da autoridade que chefia o país”, destacaram.

Os signatários destacaram que “esse estado de coisas institucional não pode ter como resposta o silêncio e a inação de agentes públicos aos quais a Constituição da República outorga a competência para defesa da ordem jurídica e do regime democrático, exigindo, pois, a urgente e firme atuação do procurador-geral da República, no sentido de provocar o suprimento de omissões e promover responsabilidades”.

Horas depois, em reunião online com procuradores-chefes do MPF, Aras afirmou que o órgão “está unido em torno da solução da crise”. Ele enfatizou que eventuais responsabilidades, se houver, serão apuradas. (LP)

Flickr/TCU



Dantas disse que tentam fabricar artificialmente clima de insurreição

Dantas sobre manifestantes: “Serão presos”

» MARIANA ALBUQUERQUE*
» LUANA PATRIOLINO

Presidente em exercício do Tribunal de Contas da União (TCU), o ministro Bruno Dantas afirmou que quem tentar “fabricar clima de insurreição” será “severamente processado, civilmente responsabilizado e preso”. O aviso ocorreu por meio de postagem em redes sociais.

Dantas se referiu à onda de manifestações e bloqueios de estradas que ocorrem nas principais rodovias do país desde a derrota do presidente Jair Bolsonaro (PL) na urnas, no domingo.

“Vivandeiros alvorçadas

tentam fabricar artificialmente clima de insurreição num país cujo povo trabalhador e ordeiro deseja paz”, escreveu Dantas. “Serão severamente processados, responsabilizados civilmente e presos. De tão poucos, mal encherão um pavilhão de presídio federal.”

Por sua vez, o Ministério Público de Contas encaminhou ao TCU, ontem, um pedido de investigação contra a Polícia Rodoviária Federal (PRF) por omissão do caso dos bloqueios de rodovias. A solicitação se deve à postura da corporação ante os manifestantes. De acordo com a representação, a situação é de

“extrema gravidade” e os bolsonaristas participantes dos atos são “baderneiros”.

“Os fatos relatados são de extrema gravidade, uma vez que denotam atitudes antidemocráticas e ensejam clima hostil em nossa sociedade. A par disso, resta evidente os prejuízos que esses baderneiros ocasionam ao país que, dentre outros problemas, impedem entrega de cargas perecíveis e limitam o direito de locomoção do povo brasileiro”, escreveu o subprocurador Lucas Furtado.

Ele prosseguiu: “Sendo assim, aparentemente, vem ocorrendo não apenas omissão da Polícia Rodoviária Federal (PRF) e

descumprimento à ordem judicial, como possível incentivo em relação aos bloqueios das estradas, a ensejar as devidas responsabilizações dos agentes envolvidos”.

O subprocurador destacou, ainda, suposto favorecimento da polícia aos bolsonaristas. “Nesse sentido, conforme notícias, policiais rodoviários federais estão sinalizando apoio aos caminhoneiros e não estão desmontando os bloqueios nas estradas, em possível descumprimento de ordem judicial do STF (Supremo Tribunal Federal)”, disse.

*Estagiária sob a supervisão de Cida Barbosa

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER É CRIME. OMISSÃO É CUMPLICIDADE.

Nos últimos meses, os casos de violência contra a mulher enlutaram dezenas de famílias aqui no Distrito Federal. Foi preciso aumentar a rede de proteção contra essa terrível barbárie. Foi criada a Casa da Mulher Brasileira, na Ceilândia; construída uma delegacia especializada, também na Ceilândia; sancionada uma lei que obriga cobradores e motoristas a acionarem a polícia em caso de abuso ou assédio dentro dos ônibus; lançado o Programa Oportunidade Mulher, que incentiva o empreendedorismo e a autonomia financeira feminina e, em parceria com comerciantes, implantada a campanha do Sinal Vermelho.

Mas essa é uma responsabilidade de todos. Para combater a violência contra a mulher, nada é mais eficaz do que a sua denúncia. E você pode salvar uma vida.

Denuncie: 197 – Opção 3 ou www.pcdf.df.gov.br/servicos/delegacia-eletronica

